

Projeto prevê rolagem de dívidas dos Estados

15 OUT 1988

ESTADO DE SÃO PAULO

publica

BRASÍLIA — O consenso entre o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, e os 15 governadores do partido que estiveram quinta-feira em Brasília para firmar oposição ao governo federal na questão da rolagem das dívidas externas estaduais, já começou a dar resultados. O líder do PMDB na Câmara, deputado Íbsen Pinheiro, assinou ontem, em nome do partido, projeto de lei que autoriza o refinanciamento, pelo Banco do Brasil, do total das dívidas externas estaduais com vencimento até 31 de dezembro deste ano e de 90% das dívidas que se vencerão em 89. O Orçamento Geral da União proposto pelo Executivo para 89 determina que os Estados e municípios paguem 25% de todas as suas dívidas roladas pela União nos últimos cinco anos.

O deputado Íbsen Pinheiro disse à Agência Estado que o partido optou pela forma do projeto de lei em razão de incertezas quanto à eficácia da alternativa sugerida por Ulysses Guimarães, o projeto de resolução do Senado. A vantagem apontada por Ulysses no projeto de resolução seria a de que este instrumento, ao contrário do projeto

de lei, não necessitaria de sanção do presidente da República para entrar em vigor.

Pinheiro, que embarcou ontem à tarde na comitiva que acompanha o presidente José Sarney à União Soviética, procurou retirar da disputa entre os governadores do PMDB e o governo federal o caráter de confronto. "Um entendimento é possível e será alcançado", ressaltou o deputado.

Ele não quis fazer comentários a respeito das consequências, para a União, da rolagem proposta pelos governadores e encampada pelo PMDB. O não pagamento da parcela de 25% das dívidas dos últimos cinco anos resultará em substancial perda de receita para a União, inexistindo provisão de recursos para compensá-la.

AGRAVAMENTO

O líder do PMDB também não comentou as possíveis consequências do perdão das dívidas estaduais para a política de austeridade econômica defendida pelos ministros da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e do Planejamento, João Batista de Abreu. O deputado César Maia, vice-presidente da Comissão

Mista de Orçamento e Finanças do Congresso, acredita que a aprovação da proposta dos governadores poderá afetar a condução da política econômica no país, com um provável agravamento da atual situação a médio prazo.

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), também não endossou a proposta dos governadores e quer que se discuta uma solução intermediária.

FUNCIONÁRIOS

O pagamento dos salários do funcionalismo público do Estado poderá ser afetado pela obrigatoriedade de o governo paulista amortizar parte de sua dívida externa de US\$ 1,8 bilhão, com o aval da União. Pelo menos esta é a previsão bastante pessimista feita ontem, no Palácio dos Bandeirantes, pelo secretário do Planejamento Frederico Mazzucchelli, ao criticar a política econômica do governo federal de combater o déficit público.

As críticas foram pronunciadas durante uma palestra de Mazzucchelli a estagiários da Escola Superior de Guerra (ESG).